



Fernando Fontes
Centro de Estudos Sociais
da Universidade de Coimbra
fernando@ces.uc.pt

Para uma genealogia do movimento de pessoas com deficiência em Portugal

De um mecanismo para resolver a crise no relacionamento entre indivíduos e Estado, a noção de cidadania afirmou-se como um aspeto central nessa relação. Para tal contribuiu o aumento e diversificação do conflito social, a partir dos anos 1960, e a exigência de uma maior participação cidadã nas atividades do Estado por parte de novos movimentos sociais que obrigaram a uma expansão da noção de cidadania. Partindo de um modelo tripartido de cidadania (Marshall, 1950) – civil, política e social –, os novos movimentos sociais têm afirmado novas formas de cidadania como a cidadania sexual ou íntima (Plummer, 2003) ou a cidadania ecológica (Dobson, 2003).

Entre os novos movimentos sociais, conta-se o movimento de pessoas com deficiência. Este movimento emerge sobretudo nas décadas de 1960/70. Para tal, as pessoas com deficiência uniram-se na formação de organizações, denunciando a exclusão e opressão de que são vítimas, nomeadamente por parte do sistema educativo, dos serviços de segurança social, do mercado de trabalho, do ambiente físico construído, entre outras (Barnes et al, 2000).

No caso português, as primeiras organizações datam dos anos 1920/30. Exemplos incluem: a Associação Luís Braille (1927), o Grupo Recreativo de Surdos-Mudos do Porto (1934) e o Grupo ‘Os Surdos’ fundado em Lisboa (1936). Nas décadas 1940/50, surgiram coletivos como o Grupo Desportivo de Surdos-Mudos de Lisboa (1945), bem como um seu congénere criado no Porto (1951), a Liga de Cegos João de Deus (1952), a Associação de Cegos do Norte de Portugal (1958) e a Associação Portuguesa de Surdos (1958) (Oliva, 2001; Carvalho, 2007). Estas organizações, centradas numa única incapacidade, não configuram, todavia, um movimento social, uma vez que a articulação entre os diferentes coletivos era reduzida e a sua ação pautava-se pelo não envolvimento político (Oliva, 2001). Funcionando como grupos desportivos e/ou espaços de convívio para cegos e surdos fora da esfera pública, estas iniciativas decorriam de uma

filosofia dominante centrada na caridade. Acresce ainda que muitas destas organizações foram lideradas por pessoas sem deficiência até 1974.

A guerra colonial e o regresso a Portugal de um grande número de jovens com incapacidades decorrentes do conflito abriram caminho para um novo entendimento da deficiência em Portugal (Fontes, 2008).

Em 1972, em resultado da discussão de uma lei sobre reabilitação e integração de pessoas com deficiência, é criada a primeira organização que abrange todos os tipos de incapacidade – a Associação Portuguesa de Deficientes (APD). Este coletivo organizou o primeiro Encontro de Deficientes (1978) e o primeiro Congresso Nacional de Deficientes (1980) (APD, 1997).

O final da ditadura permitiu a transformação da deficiência numa questão política e a emergência de novas vozes reivindicativas. A primeira organização a surgir foi a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) em 1974 (ADFA, 1999), seguida da Comissão Nacional de Deficientes Sinistrados no Trabalho, que dará lugar em 1976 à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST).

Este puzzle completar-se-á ao longo das décadas de 1980/90. Primeiro, com a formação da primeira plataforma de associações de e para pessoas com deficiência – a Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (CCNOD), actual CNOD (APD, 1997). E, posteriormente, com a unificação das associações de cegos em 1989 numa organização – a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) (ACAPO, 2009) –, bem como a criação de múltiplas organizações de surdos durante os anos 1990 e a formação da Federação Portuguesa das Organizações de Surdos em 1993 (Carvalho, 2007).

É, pois, este grupo de organizações lideradas por pessoas com deficiência na defesa dos seus direitos que constitui o Movimento de Pessoas com Deficiência em Portugal. O contexto social, histórico e político em que o movimento se desenvolveu imprimiu-lhe um conjunto de características que influenciaram de modo significativo reivindicações, estratégias e resultados obtidos (Fontes,

2011a, 2011b).

Uma das características mais marcantes deste movimento é a ausência de uma identidade coletiva. Contrariamente ao caso inglês, em que a existência de unidades residenciais para pessoas com deficiência permitiu desde os anos 1960 a criação deste espírito coletivo, unindo posteriormente as organizações sob uma mesma plataforma (Campbell e Oliver, 1996), em Portugal o regime ditatorial e o reduzido número de pessoas em unidades residenciais impediu a formação desta solidariedade que surgirá apenas entre os deficientes das forças armadas nos anos 1960/70, precisamente em resultado da sua experiência nos hospitais militares.

Uma segunda característica do movimento é a ancoragem teórica e política da maioria das organizações no modelo médico de deficiência e a sua ênfase na reabilitação e nos benefícios sociais para compensar ‘falhas’ corporais. Mesmo quando se regista alguma articulação com o modelo social da deficiência, isto não significa uma alteração das conceções de deficiência, mas apenas a coexistência de ambas as filosofias.

A inexistência de uma identidade coletiva em articulação com uma fraca politização da deficiência estão na base da terceira característica que assinalo: a inexistência de unidade no movimento. Tal fator inibiu uma ação concertada e amplificou processos de diferenciação interna. Na verdade, nunca se conseguiu construir uma identidade coletiva que ultrapassasse as especificidades das incapacidades individuais, as narrativas biográficas ou as filiações institucionais. No caso português, o corpo e a incapacidade têm sido elementos centrais na construção da identidade individual, bem como do argumentário reivindicativo das organizações.

Por fim, gostaria de assinalar o investimento do movimento em ‘reivindicações de primeira necessidade’, ou seja, centradas em direitos básicos, essenciais à obtenção de um patamar mínimo de cidadania, tais como o acesso à reabilitação. Menos comuns são as reivindicações em torno de questões políticas e sociais.

Em suma, as características do movimento de pessoas com deficiência em Portugal são claramente influen-

ciadas pela história sociopolítica e económica de um país em que a ausência de um Estado-providência forte (Santos, 1999) colocou as pessoas com deficiência numa difícil situação económica, por vezes abaixo do limiar de pobreza (Hespanha, 2001), condicionando as estratégias e linhas de prioridade do movimento.

Referências:

- ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal. 2009. Historial da ACAPO. Consultado a 10/2/2009, em <http://www.acapo.pt/acapo.asp?op=historial>.
- ADFA. 1999. 25 anos 1974 – 1999. Lisboa: ADFA.
- APD. 1997. 25 Anos – Contra a Discriminação, Pela Igualdade de Direitos. Lisboa: Associação Portuguesa de Deficientes.
- Barnes, C., Mercer, G. and Shakespeare, T. 2000. Exploring Disability – A Sociological Introduction. Cambridge: Polity Press.
- Campbell, J.; Oliver, M. 1996. Disability Politics – Understanding our past, changing our future. London: Routledge.
- Carvalho, P. V. 2007. Breve História dos Surdos em Portugal. Lisbon: Surd’Univeso.
- Dobson, A. 2003. Citizenship and the Environment. Oxford: Oxford University Press.
- Fontes, F. 2008. Early and current approaches to disability in Portugal: a brief overview. In: T. Campbell, F. Fontes, L. Hemingway, A. Soorenian, C. Till (orgs.), Disability Studies: Emerging Insights and Perspectives. Leeds: Disability Press, 77-92.
- Fontes, F. 2011a. Social citizenship and collective action: The case of the Portuguese disabled people’s movement. Tese de doutoramento, University of Leeds.
- Fontes, F. 2011b. Deficiência e Cidadania: o papel do movimento de pessoas com deficiência em Portugal. In: Regina Salvador; Ana Firmino; Cristina Ponte; Eduarda Ferreira (orgs.), Geografias de inclusão: Desafios e oportunidades. Lisboa: e-GEO, 90-101.
- Hespanha, P. 2001. Mal-estar e Risco Social num Mundo Globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: B.S. Santos (org.), Globalização – Fatalidade ou Utopia?. Porto: Edições Afrontamento, 163 – 196.
- Marshall, T. H. 1950. Citizenship and Social Class, and Other Essays. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oliva, F. 2001. O Associativismo entre os cegos em Portugal. Cadernos Gesta. Ano I N° 1 Julho 2001. Consultado a 20.5.2013, em: <http://www.gesta.org/gesta01/artigo02.htm>.
- Plummer, K. 2003. Intimate Citizenship: Private Discussions and Public Dialogues. Seattle and London: University of Washington Press.
- Santos, B.S. 1999. The Welfare State in Portugal: Between Conflicting Globalizations. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais, 140.